



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 40/2019 – Registro de preços

Objeto: Registro de preços para Contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP.

Os interessados poderão examinar, gratuitamente, o Edital e seus anexos, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 17h00min, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Cajuru, sito à Largo São Bento, nº 985 – Centro, podendo adquiri-lo junto ao Departamento de Compras e Licitações, ou, através de “download” junto a “home page” desta Prefeitura, na Internet, no endereço de acesso <http://www.cajuru.sp.gov.br>. Os envelopes contendo proposta e documentos serão recebidos no Protocolo da Prefeitura Municipal de Cajuru, no dia **11 de julho de 2019**, até às **08:30** horas, iniciando a sua abertura às **09:00** horas.

Cajuru, 19 de junho de 2019.

João Batista Ruggeri Ré
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

PROTOCOLO DE RETIRADA DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 40/2019

Objeto: Registro de preços para Contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____ Nº _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

ESTADO: _____ CEP: _____

TELEFONE: (____) _____ EMAIL: _____

NOME: _____

RG: _____ CPF: _____

Assinatura

Data: _____ **hora:** _____:_____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2019

Processo Administrativo Nº 2039/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O centro Estadual de Educação Tecnologia Paula Souza em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Registro de preços

Critério de Julgamento: Menor preço unitário.

Data da realização: 11/07/2019

Entrega de Envelopes: até as **08:30** horas - Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Cajuru - Largo São Bento, nº 985 – Centro - Cajuru/SP.

Horário de início da sessão: **09:00** horas

Local da Sessão: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Cajuru - Largo São Bento, nº 985 – Centro - Cajuru/SP.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público, devidamente cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 45.227.337/0001-74, com sede administrativa à Largo São Bento, nº 985 – Centro, nº 35, Centro, na cidade de Cajuru, Estado de São Paulo, por intermédio do Senhor Prefeito, **João Batista Ruggeri Ré**, bem como a Sra. Pregoeira e equipe de apoio designados, conforme **Portaria nº 206, de 13 de junho de 2019**, tornam público para conhecimento dos interessados, que no local, data e horário indicados neste preâmbulo, realizará licitação na modalidade Pregão, na forma Presencial, objetivando **Registro de preços contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP**, nos termos da **Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002**, do **Decreto Municipal nº 2.426, de 30 de abril de 2004** e **Decreto Municipal nº 2.634, de 30 de maio de 2005**, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e 147/14 bem como pelas condições e prazos estabelecidos neste ato convocatório e nos respectivos anexos.

1. DOS ANEXOS

1.1. São anexos deste edital:

- I – Termo de Referência;
- II – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- III – Modelo de Declaração de Habilitação;
- IV – Modelo de Proposta Comercial;
- V – Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho;
- VI – Modelo de Declaração de Cumprimento às Normas Relativas à Saúde e Seg. do Trabalho;
- VII – Minuta de Ata de Registro de Preços.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **Registro de preços contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP**, observadas as especificações constantes do Termo de Referência que integra este edital como **Anexo I**.

3. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

3.1. **Somente poderão participar deste pregão microempresas e empresas de pequeno porte** do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação, em atividade econômica compatível com o seu objeto.

3.2. Não será permitida a participação:

3.2.1. de empresas estrangeiras que não funcionem no país;

3.2.2. de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.3. de empresas que se encontrem sob concurso de credores, dissolução e liquidação;

3.2.4. daqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração e/ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública; e,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

3.2.5. de empresas que possuam entre seus sócios, servidor público da Prefeitura Municipal de Cajuru.

3.3. As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06 e 147/14 deverão firmar DECLARAÇÃO, preferencialmente, nos termos do modelo estabelecido no **Anexo II** deste edital, devendo apresentá-la **fora** do envelope nº 01 – proposta comercial, já na fase de credenciamento.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado): instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de **Procurador**: instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga;

4.1.1. O representante legal ou procurador da licitante deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto, juntamente com uma cópia simples do referido documento de identificação.

4.1.2. O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.1.3. Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

4.1.4. Será admitido apenas **1 (um) representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas **1 (um) licitante** credenciado.

4.2. O licitante também deverá apresentar, ainda na fase de credenciamento, e **fora** dos envelopes nº 01 e 02, uma DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE QUALQUER FATO IMPEDITIVO À PARTICIPAÇÃO, preferencialmente, nos moldes do **Anexo III** deste edital.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. A despesa total decorrente da contratação ora licitada será atendida pela seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019 e as correspondentes para 2020, para atendimento da secretaria da educação desta municipalidade:

04 01 00 12 363 2001 2018 3.3.90.39.00

04 01 00 12 363 2001 2020 3.3.90.39.00

6. DO SUPORTE LEGAL

6.1. Esta licitação é regulada pelos seguintes dispositivos legais:

- 6.1.1. Constituição Federal;
- 6.1.2. Constituição do Estado de São Paulo;
- 6.1.3. Lei Orgânica Municipal;
- 6.1.4. Lei Federal nº 10.520, de 17/07/02;
- 6.1.5. Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93;
- 6.1.6. Lei Complementar nº 123, de 14/12/06 e lei complementar 147/14;
- 6.1.7. Decreto Municipal nº 2.426, de 30 de abril de 2004;
- 6.1.8. Decreto Municipal nº 2.634, de 30 de maio de 2005; e
- 6.1.9. Demais disposições legais aplicáveis à espécie.

7. DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

7.1. Os interessados poderão examinar, gratuitamente, o presente Edital e seus anexos, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 17:00 horas, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Cajuru, sito à Largo São Bento, nº 985 – Centro, podendo adquiri-lo junto ao Departamento de Compras e Licitações, no mesmo endereço ou ainda, através de “download” junto a “home page” desta Prefeitura, na Internet, no endereço de acesso <http://www.cajuru.sp.gov.br>

7.2. Maiores informações e esclarecimentos referentes a presente licitação serão fornecidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Cajuru, desde que requeridas, por escrito e mediante protocolo até o 2º dia útil anterior à data de Abertura, no endereço acima, no horário compreendido entre 08:00 e 17:00 horas ou pelo e-mail licitacao@cajuru.sp.gov.br ;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

7.3. Em caso de não solicitação, pelas proponentes, de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos, são suficientemente claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, o direito a qualquer reclamação.

8. DA ENTREGA DOS ENVELOPES

8.1. Os interessados em participar do presente certame deverão entregar a proposta comercial e a documentação de habilitação, cada uma em envelope fechado e indevassável, contendo os seguintes dizeres no anverso:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU
PREGÃO PRESENCIAL Nº **40/2019**
(razão ou denominação social e endereço do licitante)

ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU
PREGÃO PRESENCIAL Nº **40/2019**
(razão ou denominação social, endereço do licitante)

9. DA PROPOSTA DE PREÇO – ENVELOPE Nº 01

9.1. A Proposta de Preço deverá ser formulada em uma via, inserida em envelope fechado, contendo na parte externa o nome da empresa proponente e seu endereço, bem como o número da presente licitação e a indicação do órgão licitante, conforme item 9.1 do edital.

9.2. A Proposta de Preço deverá ser elaborada em língua portuguesa, salvo quanto às suas expressões técnicas de uso corrente, utilizando-se *preferencialmente* o modelo a que se refere o **Anexo IV**, datilografado, impresso ou preenchido a mão com letra legível, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante *ou* pelo procurador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

9.3. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

9.4. Deverão estar consignados na proposta:

9.4.1. A denominação, endereço/CEP, telefone/fax, e-mail e CNPJ do licitante;

9.4.2. Preço(s) e marca, ano e modelo do(s) veículo (s).

9.4.2.1. O preço deverá ser cotado em valor **unitário e total do(s) item(ns) cotado(s)**, em moeda corrente nacional, com precisão de duas casas decimais;

9.4.2.2. Para os licitantes que fizerem lances será considerado o último valor ofertado.

9.4.3. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**.

9.4.4. Declaração impressa na proposta de que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I e às normas técnicas aplicáveis à espécie;

9.4.5. Declaração impressa na proposta de que os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos inerentes ao objeto da presente licitação.

9.4.5.1. Nos preços deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas de custos, como por exemplo: embalagem, mão-de-obra, transporte, administração, emolumentos e tarifas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, custos e benefícios, taxas e impostos, e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução total do objeto da presente licitação.

9.4.5.2. serão desclassificadas as propostas da licitante **não considerada**, nos termos da lei, **microempresa ou empresa de pequeno porte**.

10. DA DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE Nº 02

10.1. Os documentos exigidos são os seguintes:

10.1.1. Habilitação Jurídica

10.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

10.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, em se tratando de sociedades empresárias ou simples, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.1.2.1. Os documentos descritos no subitem 10.1.1.2 deverão estar acompanhados de todas as *alterações* ou da *consolidação* respectiva, conforme legislação em vigor.

10.1.1.3. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

10.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

10.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

10.1.2.2. Prova de **inscrição** no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.1.2.3. Prova de regularidade fiscal emitida pelas Fazendas **Federal e Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

10.1.2.3.1. Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal; e

10.1.2.3.2. Certidão Negativa **ou** Positiva com Efeitos de Negativa de **Tributos Mobiliários**, expedida pela **Fazenda Municipal**;

10.1.2.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante a apresentação de **CRF** – Certificado de Regularidade do FGTS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

10.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.1.3. Qualificação Técnica

10.1.3.1. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de **Atestado(s)** expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante, e que indique expressamente o fornecimento compatível com o objeto desta licitação.

10.1.3.2 Os atestados expedidos pela Prefeitura Municipal de Cajuru deverão ser solicitados 48 horas antes da data prevista de abertura do pregão.

10.1.4. Qualificação Econômica Financeira

10.1.4.1. Apresentação de **certidão negativa de falência** cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a **90 (noventa) dias** da data prevista para a apresentação dos envelopes; ou **recuperação judicial**, sendo que se for a recuperação judicial, será necessário a apresentação do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

10.1.5. Documentação Complementar - Declarações

10.1.5.1. Declaração de que a empresa não possui, em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho, a menores de 16 (dezesesseis) anos, conforme determina o art. 27, V, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 9.854/99, observados, preferencialmente, os termos do **Anexo V**.

10.1.5.2. Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal do licitante, assegurando que o mesmo atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual, observado, preferencialmente, o modelo que integra este edital como **Anexo VI**.

10.2. Os documentos de que trata o item **10.1** deverão, conforme o caso, ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, salvo os documentos obtidos por meio eletrônico. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, pelo Pregoeiro e equipe de apoio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

10.2.1. Em todas as hipóteses referidas neste item, não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido.

10.3. Na hipótese de ser a licitante a **matriz**, toda a documentação deverá ter sido expedida em nome desta, e se for a **filial**, toda a documentação deverá ter sido expedida em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.3.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro objeto contratado, **DEVERÁ APRESENTAR TODA A DOCUMENTAÇÃO DE AMBOS OS ESTABELECIMENTOS.**

10.4. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da ata, nos termos do **art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

10.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do **art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

10.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data da publicação do resultado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Cajuru, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 10.5.1, implicará **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.5.3. Ocorrendo a hipótese do subitem 10.5.2, será procedida a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, devendo o pregoeiro examinar as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

10.5.3.1. A convocação para continuação da sessão pública dar-se-á por meio de publicação no **Diário Oficial do Estado de São Paulo.**

11. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

11.1. A sessão pública para processamento do pregão dar-se-á no dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo do presente edital, em ato público, iniciando-se



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

pelo credenciamento dos interessados em participar do certame, conforme protocolo de envelopes.

11.2. Encerrado o credenciamento, o pregoeiro promoverá a abertura dos envelopes de nº **01** e **02**, referentes à **Proposta de Preço e Documentação de Habilitação**, respectivamente, e a **Declaração de Habilitação** a que se refere o **Anexo III**.

11.3. Não será possível a admissão de licitantes retardatários, ou seja, daqueles que afetuaram o protocolo de envelopes fora do horário estabelecido.

11.4. O julgamento das propostas será feito pelo critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observadas rigorosamente as especificações constantes deste Edital;

11.4.1. Após abertos os envelopes contendo as propostas comerciais, o pregoeiro analisará as propostas, **desclassificando aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital, e/ou que apresentem preço ou vantagem baseada exclusivamente nas propostas dos demais licitantes, ou da licitante não considerada**, nos termos da lei, **microempresa ou empresa de pequeno porte**.

11.5. Caso o pregoeiro venha a desclassificar todas as propostas, será dado por encerrado o certame, lavrando-se ata do ocorrido.

11.6. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, por item/total/lote/global, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros.

11.7. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, observados os seguintes parâmetros:

11.7.1. Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10% (dez por cento)** superiores àquela;

11.7.2. Não havendo pelo menos **03 (três)** propostas na condição definida no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **03 (três)**;

11.7.2.1. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;

11.7.3. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e seqüencial, a partir do autor da proposta de **maior preço** e, os demais, em ordem **decrecente** de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

11.7.3.1. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances;

11.7.4. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observado como parâmetros de **redução mínima** o percentual de **1% (um por cento)** do valor do preço referencial do item.

11.7.5. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances;

11.7.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às sanções previstas neste edital.

11.7.7. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

11.7.8. Após a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade** do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

11.7.8.1. O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços praticados no mercado, coerentes com cada um dos itens que compõem o objeto ora licitado.

11.7.8.2. A qualquer momento, o Pregoeiro poderá solicitar às licitantes a composição dos respectivos preços e outros esclarecimentos que se façam necessários.

11.7.9. Considerada aceitável a oferta de **menor preço** e procedida à verificação de que trata o item 11.7.8, será realizada a abertura do(s) envelope(s) contendo os documentos de habilitação da(s) licitante(s) vencedora(s).

11.7.10. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do pregão, até a decisão sobre a habilitação, nos termos do disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

11.7.11. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, podendo negociar com os respectivos autores, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que, verificada sua **aceitabilidade** e a **habilitação** do licitante, será declarada vencedora.

11.7.12. Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

11.7.12.1. Caso não haja tempo hábil para abertura dos envelopes nº 01 e 02 no mesmo dia e/ou se surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, o Pregoeiro poderá interromper a sessão para adoção das medidas necessárias, sendo consignados em ata os motivos da interrupção.

11.7.12.1.1. A convocação para continuação da sessão pública dar-se-á por meio de publicação no **jornal e publicação oficial do município**.

11.7.13. O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover qualquer **diligência** que julgar necessária à análise das propostas, da documentação, e das declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1. Até **02 (dois) dias úteis** anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar as disposições deste edital.

12.2. As impugnações devem ser protocoladas, por escrito, dirigidas ao subscritor deste Edital, até o prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores à data de entrega dos envelopes, nos termos do artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, protocolada junto a Prefeitura Municipal de Cajuru, endereçada ao **Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cajuru**, diariamente das 08:30 às 17:00 horas, horário de atendimento da Prefeitura.

12.2.1. A impugnação deverá ser acompanhada, necessariamente, da seguinte documentação:

12.2.1.1. Pessoa Jurídica:

a) Cópia do ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor e última alteração (no caso de sociedades comerciais), cópia do registro comercial (no caso de empresa individual) e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores;

b) Carteira de Identidade do proprietário ou procurador (cópia);

b.1) Se procurador, procuração particular com firma reconhecida ou pública (cópia);

12.2.1.2. Pessoa Física:

a) Cópia da Carteira de Identidade do interessado;

12.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

12.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação das condições nele estabelecidas por parte das interessadas.

13. DO RECURSO ADMINISTRATIVO, DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. Dos atos realizados pelo Pregoeiro durante a sessão pública de processamento do pregão, cabe recurso administrativo no prazo de **03 (três) dias**.

13.1.1. O licitante interessado em recorrer deve manifestar verbalmente sua intenção na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção.

13.1.2. O prazo para apresentação do recurso escrito começará a correr a partir do primeiro dia em que houver expediente na Prefeitura Municipal, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr imediatamente após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na **decadência do direito de recurso**, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

13.1.4. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

13.1.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e convocará os beneficiários para assinatura da ata final.

13.1.6. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.1.7. Os recursos devem ser protocolados diretamente no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Cajuru, dirigidos ao Prefeito Municipal de Cajuru.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONTRATAÇÕES

14.1. A Ata de Registro de Preços será formalizada com observância às disposições do art. 1º do Decreto Municipal nº 2.426/04, devendo ser subscrita pela autoridade que assinou o edital, pelos licitantes vencedores e pelos proponentes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço e nas mesmas condições do primeiro colocado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

14.1.1. A Ata de Registro de Preços deverá registrar o(s) preço(s) e o(s) fornecedor(es) do(s) produto(s), com observância à ordem de classificação, as quantidades e as condições que serão observadas nas futuras contratações.

14.1.2. A licitante que, convocada para assinar a ata de registro de preços, deixar de fazê-lo no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, dela será excluída.

14.2. A Ata de Registro de Preços, bem como o ato que promover a exclusão de alguma licitante, será(ão) publicada(os) .

14.3. O Registro de Preços terá validade **improrrogável** de **12 (doze) meses**, nos termos do Decreto Municipal nº 2.426/04 e da Lei Federal nº 8.666/93.

14.4. A licitante vencedora será notificada pessoalmente, via "fac-símile", e-mail ou via correio, para, no prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados do recebimento da notificação, assinar a ata , aceitar ou, no mesmo prazo, retirar o instrumento equivalente.

14.4.1. O licitante que, convocado, recusar-se injustificadamente a assinar **a ata** ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no subitem 14.4, terá seu Registro de Preços cancelado, sendo-lhe aplicável a multa pela inexecução total do ajuste.

14.5. O cancelamento do Registro de Preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 2.426/04 e da Lei Federal nº 8.666/93.

14.6. Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados às contratações que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

14.7. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

15. DOS PAGAMENTOS

15.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da expedição do **Atestado de Recebimento**, à vista de nota(s) fiscal (is)/fatura(s) apresentada(s).

15.1.1. No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal (is) /fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 16.1 será contado a partir da data de entrega da referida correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

15.2. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA indicada na proposta.

15.3. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

15.4. No caso do CONTRATANTE atrasar os pagamentos, estes serão atualizados financeiramente pelo índice econômico oficial do Município de Cajuru.

17. DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

17.1. A data para execução do (s) serviço (s) constará (ao) na Ordem de Serviços emitida pela contratante;

17.1.1. A execução dos serviços ocorrerá por conta e risco da contratada, especialmente quanto aos procedimentos de segurança a serem adotados;

17.2. Os serviços deverão ser executados nos dias e horários indicados na ordem de serviços, em veículo apropriado, respeitando as normas técnicas e legislação aplicável à espécie, e de acordo com as especificações contidas no anexo I – Termo de Referência, deste edital.

17.3. Não será admitida a execução dos serviços fora do horário estabelecido como o de início na Ordem de Serviços.

18. DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação, inclusive para efeito de aplicação de penalidades, será atribuição de servidor(es) público(s) designado(s) pela **Unidade da Secretaria da Educação**.

18.2. Toda correspondência relativa a presente licitação, deverá ser processada por escrito.

18.3. Na hipótese da empresa contratada negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio, registrada ou por aviso de recebimento (AR), considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

18.4. Caberá à empresa contratada providenciar e selecionar, a seu exclusivo critério, e contratar, em seu nome, a mão-de-obra necessária a execução do objeto da presente licitação, seja ela especializada ou não, técnica ou administrativamente, respondendo por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais, **não tendo os mesmos vínculo empregatício algum com a Prefeitura Municipal de Cajuru.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A recusa injustificada do licitante convocado em assinar a ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o as seguintes penalidades:

19.1.1. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

19.1.2. Pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

19.2. O atraso injustificado na execução do objeto contratado sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, aplicada a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado, na seguinte proporção:

19.2.1. Multa de 10%(dez por cento) até o 30º (trigésimo) dia de atraso; e

19.2.2. Multa de 15% (quinze por cento) a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso.

19.2.3. A partir do 46º(quadragésimo sexto) dia estará caracterizada a inexecução total ou parcial da obrigação assumida.

19.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

19.3.1. Multa de 20%(vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida; ou

19.3.2. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

19.4. As multas previstas neste item não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

19.4.1. Verificado que a obrigação foi cumprida com atraso injustificado ou caracterizada a inexecução parcial, a Prefeitura reterá, preventivamente, o valor da multa dos eventuais créditos que a contratada tenha direito, até a decisão definitiva, assegurada a ampla defesa.

19.4.2. Se a Prefeitura decidir pela não aplicação da multa, o valor retido será devolvido à contratada, devidamente corrigido pelo índice oficial do Município.

19.5. O valor das multas aplicadas com fulcro neste item será devidamente corrigido até a data de seu efetivo pagamento e recolhido aos cofres da Prefeitura Municipal de Cajuru dentro de 03(três) dias úteis da data de sua cominação mediante guia de recolhimento oficial.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cajuru, Estado de São Paulo, para dirimir as eventuais pendências oriundas do presente Edital, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. As dúvidas e os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio ou submetidos à Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Cajuru.

21.2. A participação na presente licitação importa na irrestrita e irrevogável aceitação desse edital e seus anexos.

21.3. Fica expressamente reservado à Prefeitura Municipal de Cajuru, o direito de revogar ou anular em decisão fundamentada a presente licitação, ficando assegurado, em caso de desfazimento do presente processo licitatório, o direito ao contraditório e a ampla defesa.

21.4. As empresas proponentes que não atenderem às exigências desta licitação serão automaticamente desclassificadas.

21.5. Não é permitida a subcontratação parcial ou total do objeto ora licitado sem a anuência da contratante.

21.6. Pela elaboração e apresentação da documentação e proposta, as licitantes não farão jus a quaisquer vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

21.7. Não será permitido o início da prestação de serviços sem que a Prefeitura Municipal de Cajuru emita, previamente, a respectiva Ordem de Serviços;

21.8. A Prefeitura Municipal de Cajuru poderá solicitar, de qualquer licitante, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou da proposta financeira apresentadas.

21.9. A licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à Prefeitura Municipal de Cajuru, quando solicitados eventualmente neste sentido, será automaticamente excluída da presente licitação.

21.10. Para conhecimento do público, expede-se o presente instrumento convocatório.

Cajuru, 19 de junho de 2019.

JOÃO BATISTA RUGGERI RÉ
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Licitação: Pregão n.º 40/2019

1-O presente pregão tem por objeto o Registro de preços a contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP, percurso de ida e volta, de acordo com as seguintes especificações:

Item	Veículo	Descrição dos serviços
01	Veículo automóvel(carro)	Estimativa de 90 quilômetros diários durante 200 dias letivos no percurso: Saída às 18:00 horas da Escola ETEC Francisco Garcia, situada no endereço Avenida Dr. Américo Pereira Lima, nº 1507, Jardim Lavínia, Mococa – SP, com destino à Escola Municipal André Ruggeri, situada na Rua Capitão João Batista Ferreira, nº 117, Bairro Cruzeiro, Cajuru – SP, e retornando a Cidade de Mococa na Escola ETEC Francisco Garcia às 23:00 horas.

2-JUSTIFICATIVA:

2.1 A contratação justifica-se pela necessidade da realização de serviços rotineiros de transporte de professores, de segunda e sexta, tendo como principal finalidade de melhor qualificar os alunos do município. A contratação terceirizada se justifica também tendo em vista que o transporte realizado pela Prefeitura, duplica a quilometragem, bem como os gastos com combustíveis, e o município não tem motorista e nem veículos necessários para tal serviço, tendo em vista que a quantidade atual de motorista não supre a demanda necessárias de rotas municipais e os mesmos estão ultrapassando suas horas trabalhadas. Cabe ressaltar que, com a extinção das atribuições de motoristas pertinentes ao referente cargo faz-se necessário a terceirização da prestação do referido serviços acima mencionados.

3-FUNDAMENTO LEGAL:

3.1 A contratação para a execução dos serviços objetivados encontra amparo na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

4- ESPECIFICAÇÕES:

4.1 O veículo deverá percorrer de segunda a sexta feira nos horários definida pela Secretaria Municipal da Educação.

4.2 O veículo deverá iniciar a execução do percurso em horário que possibilite a chegada de todos os professores em suas respectivas escolas das 18:50 horas as 19:00, sendo que o retorno após o encerramento das aulas serão às 23:00 horas nos dias de segunda a sexta feira.

4.3 Os professores deverão ser entregues e retirados na seguinte escola:

4.3.1 Saida: Escola ETEC Francisco Garcia, situada no endereço Avenida Dr. Américo Pereira Lima, nº 1507, Jardim Lavínia, Mococa – SP. **Chegada:** EMEB André Ruggeri, localizada na Rua Cap. João Batista Ferreira, 117 – Cruzeiro, Cajuru – SP. **Retorno:** Saida de EMEB André Ruggeri, localizada na Rua Cap. João Batista Ferreira, 117 – Cruzeiro, Cajuru – SP , com destino a Escola ETEC Francisco Garcia, situada no endereço Avenida Dr. Américo Pereira Lima, nº 1507, Jardim Lavínia, Mococa – SP.

4.4 - São de responsabilidade da EMPRESA DETENTORA DO OBJETO CONTRATADO:

- a) Prestar serviços de transporte, conforme cronograma estabelecido pela Unidade Administrativa Solicitante;
- b) Responsabilizar-se por toda e qualquer manutenção e limpeza dos veículos utilizados na prestação de serviços;
- c) Comprovação de propriedade dos veículos a serem utilizados na prestação de serviços;
- d) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o veículo que por qualquer circunstância não puder circular, por outro veículo com as mesmas especificações, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido;
- e) Responsabilizar-se pelos danos materiais que porventura ocorram ou sejam causados por terceiros;
- f) Fornecer motorista e combustível, as suas expensas;
- g) Pagar taxas e pedágios;
- h) Arcar com todas as despesas de viagem do(s) motorista(s) e do veículo;
- i) Observar rigorosamente as normas e especificações técnicas estipuladas pelos órgãos competentes;
- j) Responsabilidade civil: arcar com as responsabilidades por danos causados a si ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, inclusive acidentes, mortes, invalidez, perdas ou destruição parcial ou total, isentando o Município de todas as reclamações e/ou indenizações que possam surgir em relação ao presente processo.
- k) Exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seus motoristas, de forma a manter a segurança dos passageiros, quanto aos níveis de velocidade nas vias e ruas, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento, ocasião em que tomará as



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

providências necessárias para a regularização da situação e não repetição dos fatos que gerarem as reclamações.

l) Em caso de substituição de veículo ou motorista, informar e remeter a Unidade Administrativa Gestora, os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado e o novo motorista contratado.

m) Apresentar seus empregados sempre portando uniforme e crachá de identificação da Empresa Detentora do objeto contratado.

n) Manter em dia o registro de seus empregados a serviço da Prefeitura Municipal de Cajuru, em livro próprio ou em fichas, devidamente rubricados e legalizados pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, atualizar as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada empregado e exibir os livros e/ou fichas mencionadas ou documento equivalente, sempre que solicitado pela contratante.

4.5 Os veículos e motoristas que ficarão afetos à execução do serviço deverão possuir as seguintes características:

4.5.1 Atender todas as exigências previstas no Código Nacional de Trânsito;

4.5.2 Estar em perfeito estado de funcionamento e conservação;

4.5.3 Os veículos utilizados na prestação de serviços deverão possuir ano de fabricação não inferior ao ano de 2015.

4.5.4 O veículo deverá possuir capacidade de no mínimo de 04 (quatro) passageiros.

4.5.5. A coordenação e fiscalização do transporte, objeto da presente licitação, e da conduta dos condutores dos veículos no período de execução do serviço, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. A contratada deverá proceder ao transporte somente de professores que estiverem devidamente identificados, vedada a utilização do transporte por qualquer outro tipo de usuário;

4.5.6 A contratada será, obrigatoriamente, a prestadora do serviço, objeto da presente licitação, não podendo ceder, transferir, vender o direito à prestação de serviços ou subcontratar sob qualquer forma, sob pena de rescisão.

4.5.7 A empresa contratada deverá apresentar Seguro Obrigatório do Veículo e Seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros. Caso o motorista não faça o percurso devido a intempéries temporais, o mesmo não receberá nenhum valor monetário, vez que o serviço não foi prestado, porém não sofrerá nenhuma penalidade.

4.5.8 Caso ocorra ingestão de bebidas alcoólicas pelos motoristas, comprovada pelo bafômetro, durante a prestação dos serviços, o objeto poderá ser rescindido. As empresas vencedoras autorizam, previamente, o uso do bafômetro em seus empregados, pelo Município, para verificação de ingestão de bebidas alcoólicas durante a realização do transporte de professores.

4.6 O condutor de veículo destinado à condução de professores deve satisfazer os seguintes requisitos; mediante apresentação dos documentos:

a- comprovante de idade superior a vinte e um anos;

b - habilitação na categoria B;

c - não ter cometido nenhuma infração gravíssima; (comprovante de pontuação DETRAN NET).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

d - apresentar o atestado de saúde físico e mental fornecido por médico de Segurança do Trabalho.

E - Comprovante de pagamento dos impostos do veículo (IPVA).

4.7 A licitante vencedora deverá disponibilizar conforme o caso, no mínimo 01 (um) veículo com capacidade mínima de 04(quatro) lugares, sem contar lugar do motorista;

4.8 O objeto desta licitação será executado rigorosamente de acordo com a MINUTA DA ATA (ANEXO III).

4.9 O veículo utilizado na execução dos serviços deverão permanecer a disposição da municipalidade.

4.10 Na impossibilidade de que o veículo preste serviços, a empresa vencedora deverá imediatamente substituí-lo por veículo nas mesmas condições e características ou não inferior aos estipulados neste edital

4.10.1 No caso da não prestação de serviços por 01 (um) único dia útil, a empresa responsável não receberá pela prestação de serviços do dia faltoso, além de multa de 5% do valor mensal da prestação de serviços, sendo autorizada a retenção dos valores pela Administração Municipal, sem prejuízo das demais penalidades nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

4.10.2 A não prestação de serviços por 03 (três) dias durante o mês ou 10 (dez) dias durante a vigência do objeto contratado, ensejará a rescisão do objeto, sem prejuízo das demais penalidades legais.

4.11 O objeto desta licitação terá como Órgão Gestor a Secretaria Municipal da Educação.

4.12. A empresa se responsabilizará pela:

a) Responsabilizar-se por toda e qualquer manutenção e limpeza dos veículos utilizados na prestação de serviços;

b) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o veículo que por qualquer circunstância não puder circular, por outro veículo com as mesmas especificações, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido;

c) Responsabilizar-se pelos danos materiais que porventura ocorram, ou seja, causados por terceiros;

d) Responsabilidade civil: arcar com as responsabilidades por danos causados a si ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, inclusive acidentes, mortes, invalidez, perdas ou destruição parcial ou total, isentando o Município de todas as reclamações e/ou indenizações que possam surgir em relação ao presente processo.

e) Exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seus motoristas, de forma a manter a segurança dos alunos, quanto aos níveis de velocidade nas vias e ruas, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento, ocasião em que tomará as providências necessárias para a regularização da situação e não repetição dos fatos que gerarem as reclamações.

f) Em caso de substituição de veículo ou motorista, informar e remeter a Unidade Administrativa Gestora do objeto contratado, os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado e o novo motorista contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

- g) Manter em dia o registro de seus empregados a serviço da Prefeitura Municipal de Cajuru, em livro próprio ou em fichas, devidamente rubricado e legalizado pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, atualizar as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada empregado e exibir os livros e/ou fichas mencionadas ou documento equivalente, sempre que solicitado pela contratante.
- i) Certificados de propriedade do veículo destinados ao atendimento do objeto licitado, em nome da proponente.

4.13 - Obrigações:

4.13.1 O contratante deverá realizar vistoria emitida pelo Departamento de Trânsito da Prefeitura Municipal de Cajuru do veículo apresentado pela empresa detentora da execução do objeto, podendo ser efetuada a qualquer tempo sem necessidade de agendamento, das 08:00 ÀS 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira, no referido departamento. Para aprovação dos veículos na vistoria, a empresa vencedora deverá cumprir o disposto no presente Termo de Referência, deverá apresentar também:

- a) Certificados de propriedade de todos os veículos destinados ao atendimento do objeto licitado, em nome da proponente.
- b) Relação dos nomes completos de cada motorista, sendo no mínimo um por veículo.
- c) Documentos dos motoristas:
- Carteira Nacional de Habilitação, categoria "B" ou superior;
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social com seu respectivo registro de trabalho;
 - Apresentar documentação de ser aprovado em curso especializado nos termos da regulamentação do Contram.
 - Apresentar documentos que comprovem não ter cometido nenhuma infração gravíssima.
- d) Documentos dos veículos:
- Comprovação de situação regular referente ao Licenciamento e Seguro Obrigatório (DPVAT) de todos os veículos;
 - Apólice de Seguro (na modalidade RCF) de todos os veículos relacionados, com cobertura total para os passageiros, com vigência durante todo o prazo contratual.
 - Comprovante de pagamento dos impostos do veículo (IPVA).
 - Comprovante de inspeção veicular.

4.13.2 Em caso de substituição de veículo ou motorista, a empresa Detentora do objeto contratado obriga-se a informar e remeter a Unidade Administrativa Gestora, os documentos de alteração.

Cajuru, 19 de junho de 2019.

JOÃO BATISTA RUGGERI RÉ
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO II **(MODELO)**

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Licitação: Pregão n.º 40/2019

Objeto: Registro de preços contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP.

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____
(razão social), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ é
Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da **Lei Complementar nº 123/06**, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência a que faz jus no procedimento licitatório em epígrafe, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU/SP.

Cajuru, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:

ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO AO PREGOEIRO NA FASE DE CREDENCIAMENTO FORA DOS ENVELOPES Nº 01 (PROPOSTA) E 02 (DOCUMENTAÇÃO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Licitação: Pregão n.º 40/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP.

Eu _____ (*nome completo*), representante legal da empresa _____ (*razão social*), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências e os requisitos de habilitação previstos no edital da licitação em epígrafe, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU/SP, **inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame.**

Cajuru, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:

ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO AO PREGOEIRO NA FASE DE CREDENCIAMENTO FORA DOS ENVELOPES Nº 01 (PROPOSTA) E 02 (DOCUMENTAÇÃO)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO IV (MODELO)

PROPOSTA COMERCIAL

Licitação: Pregão n.º 40/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP.

DADOS DO LICITANTE			
Razão Social:			
Endereço:			
Município:			UF:
CEP:	Fone:		Fax:
e-mail:		CNPJ:	
Dados bancários: Agência e Conta:			

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE	
Nome:	
Qualificação:	
RG:	CPF:
e-mail:	Tel.:
cargo	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

Item	Unid.	Qtde.	Descrição	Veiculo	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
01	KM	18.000	Contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP, pelo período de 200 dias letivos. OBs: Veiculo deverá sair às 18:00 horas da Escola ETEC Francisco Garcia, situada no endereço Avenida Dr. Américo Pereira Lima, nº 1507, Jardim Lavínia, Mococa – SP, com destino à Escola Municipal André Ruggeri, situada na Rua Capitão João Batista Ferreira, nº 117, Bairro Cruzeiro, Cajuru – SP, e retornando à Cidade de Mococa na Escola ETEC Francisco Garcia às 23:0 horas.			

VALOR TOTAL: R\$
VALOR TOTAL POR EXTENSO:
VALIDADE DA PROPOSTA:
CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

DECLARO, sob as penas da lei, que o fornecimento ocorrerá em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência – anexo I, as normas técnicas e legislação aplicáveis.

DECLARO, sob as penas da lei, que os preços cotados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: *tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro e etc.*

Cidade, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO V

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Licitação: Pregão n.º 40/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP.

Eu _____ (*nome completo*), representante legal da _____ empresa

_____ (*razão social*),

interessada em participar da licitação em epígrafe, da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU/SP, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a

_____ (*nome da pessoa jurídica*)

encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Cajuru, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VI

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Licitação: Pregão n.º 40/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas no curso de tecnologia da informação de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP.

Eu _____ (nome completo), representante legal da empresa _____ (razão social), interessada em participar da licitação em epígrafe, da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU/SP, **DECLARO**, sob as penas da lei, que a _____ (nome da pessoa jurídica)

cumpre todas as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus funcionários, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição do Estado de São Paulo.

Cajuru, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante Legal

Nome:

RG:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE CAJURU**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 45.227.337/0001-74, com sede no Largo São Bento, nº 985, nesta cidade e Comarca de Cajuru/SP, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. João Batista Ruggeri Ré**, brasileiro, casado, empresário, portador do documento de identidade com RG n.º _____, e inscrito no CPF n.º _____ doravante designado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____, na cidade e Comarca de _____, representada pelo _____, portador do RG n.º _____, residente e domiciliado na Rua _____, na cidade e Comarca de _____, firmam a presente ata, nos termos da Lei nº 8.666/93, com fundamento no Pregão nº 40/2019, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

I. DO OBJETO

1.1. Pelo presente instrumento, a **CONTRATADA** se obriga a prestar serviços para a **CONTRATANTE** para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP, ida e volta, de acordo com as seguintes especificações:

Item	Veículo	Descrição dos serviços
01	Veículo automóvel(carro)	Contratação de empresa para fretamento de veículos (tipo carro) visando o transporte de professores que ministram aulas de acordo com o Convênio Cooperação Técnico Educacional que entre si celebram: O Centro Estadual de Educação Tecnologia PAULA SOUZA em Mococa/SP e o Município de Cajuru/SP. OBS: Veículo deverá sair às 18:00 horas da Escola ETEC Francisco Garcia, situada no endereço Avenida Dr. Américo Pereira Lima, nº 1507, Jardim Lavínia, Mococa – SP, com destino à Escola Municipal André Ruggeri, situada na Rua Capitão João Batista Ferreira, nº 117, Bairro Cruzeiro, Cajuru – SP, e retornando à Cidade de Mococa na Escola ETEC Francisco Garcia às 23:0 horas . Estimativa de 90 quilômetros diários durante 200 dias letivos no percurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

1.2 O veículo deverá percorrer de segunda a sexta feira nos horários definida pela Secretaria Municipal da Educação.

1.3 O veículo deverá iniciar a execução do percurso em horário que possibilite a chegada de todos os professores em suas respectivas escolas das 18:50 horas as 19:00, sendo que o retorno após o encerramento das aulas será as 23:00 horas nos dias de segunda a sexta feira.

1.4 Os professores deverão ser entregues e retirados na seguinte escola:

1.4.1 Saída da escola: ETEC Francisco Garcia, situada no endereço Avenida Dr. Américo Pereira Lima, nº 1507, Jardim Lavínia, Mococa – SP, com destino à Escola Municipal André Ruggeri, situada na Rua Capitão João Batista Ferreira, nº 117, Bairro Cruzeiro, Cajuru – SP, e retornando à Cidade de Mococa na Escola ETEC Francisco Garcia.

1.5 - São de responsabilidade da EMPRESA DETENTORA DA ATA:

- a) Prestar serviços de transporte, conforme cronograma estabelecido pela Unidade Administrativa Solicitante;
- b) Responsabilizar-se por toda e qualquer manutenção e limpeza dos veículos utilizados na prestação de serviços;
- c) Comprovação de propriedade dos veículos a serem utilizados na prestação de serviços;
- d) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o veículo que por qualquer circunstância não puder circular, por outro veículo com as mesmas especificações, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido;
- e) Responsabilizar-se pelos danos materiais que porventura ocorram ou sejam causados por terceiros;
- f) Fornecer motorista e combustível, as suas expensas;
- g) Pagar taxas e pedágios;
- h) Arcar com todas as despesas de viagem do(s) motorista(s) e do veículo;
- i) Observar rigorosamente as normas e especificações técnicas estipuladas pelos órgãos competentes;
- j) Responsabilidade civil: arcar com as responsabilidades por danos causados a si ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, inclusive acidentes, mortes, invalidez, perdas ou destruição parcial ou total, isentando o Município de todas as reclamações e/ou indenizações que possam surgir em relação ao presente objeto contratado.
- k) Exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seus motoristas, de forma a manter a segurança dos passageiros, quanto aos níveis de velocidade nas vias e ruas, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento, ocasião em que tomará as providências necessárias para a regularização da situação e não repetição dos fatos que gerarem as reclamações.
- l) Em caso de substituição de veículo ou motorista, informar e remeter a Unidade Administrativa Gestora, os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado e o novo motorista contratado.
- m) Apresentar seus empregados sempre portando uniforme e crachá de identificação da Empresa Detentora do objeto contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

n) Manter em dia o registro de seus empregados a serviço da Prefeitura Municipal de Cajuru, em livro próprio ou em fichas, devidamente rubricados e legalizados pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, atualizar as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada empregado e exibir os livros e/ou fichas mencionadas ou documento equivalente, sempre que solicitado pela contratante.

1.4 Os veículos e motoristas que ficarão afetos à execução do serviço deverão possuir as seguintes características:

1.4.1 Atender todas as exigências previstas no Código Nacional de Trânsito;

1.4.2 Estar em perfeito estado de funcionamento e conservação;

1.4.3 Os veículos utilizados na prestação de serviços deverão possuir ano de fabricação não inferior ao ano de 2015.

1.4.4 O veículo deverá possuir capacidade de 04 (quatro) passageiros.

1.4.5. A coordenação e fiscalização do transporte, objeto da presente licitação, e da conduta dos condutores dos veículos no período de execução do serviço, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. A contratada deverá proceder ao transporte somente de professores que estiverem devidamente identificados, vedada a utilização do transporte por qualquer outro tipo de usuário;

1.4.6 A contratada será, obrigatoriamente, a prestadora do serviço, objeto da presente licitação, não podendo ceder, transferir, vender o direito à prestação de serviços ou subcontratar sob qualquer forma, sob pena de rescisão do objeto contratado. As empresas contratadas deverão apresentar Seguro Obrigatório do Veículo e Seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros. Caso o motorista não faça o percurso devido a intempéries temporais o mesmo não receberá nenhum valor monetário, vez que o serviço não foi prestado, porém não sofrerá nenhuma penalidade.

Caso ocorra ingestão de bebidas alcoólicas pelos motoristas, comprovada pelo bafômetro, durante a prestação dos serviços, o objeto contratado poderá ser rescindido.

As empresas vencedoras autorizam, previamente, o uso do bafômetro em seus empregados, pelo Município, para verificação de ingestão de bebidas alcoólicas durante a realização do transporte de professores.

1.5 O condutor de veículo destinado à condução de professores deve satisfazer os seguintes requisitos; mediante apresentação dos documentos:

a- comprovante de idade superior a vinte e um anos;

b - habilitação na categoria B;

c - não ter cometido nenhuma infração gravíssima; (comprovante de pontuação DETRAN NET).

d - apresentar o atestado de saúde físico e mental fornecido por médico de Segurança do Trabalho.

E - Comprovante de pagamento dos impostos do veículo (IPVA).

1.6 A licitante vencedora deverá disponibilizar conforme o caso, no mínimo 01 (um) veículo com capacidade mínima de 04(quatro) lugares,

1.7 O objeto desta licitação será executado rigorosamente de acordo com o edital.

1.8 O veículo utilizados na execução dos serviços deverão permanecer a disposição da municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

1.9 Na impossibilidade de que o veículo preste serviços, a empresa vencedora deverá imediatamente substituí-lo por veículo nas mesmas condições e características ou não inferior aos estipulados neste edital

1.9.1 No caso da não prestação de serviços por 01 (um) único dia útil, a empresa responsável não receberá pela prestação de serviços do dia faltoso, além de multa de 5% do valor mensal da prestação de serviços, sendo autorizada a retenção dos valores pela Administração Municipal, sem prejuízo das demais penalidades nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

1.9.2 A não prestação de serviços por 03 (três) dias durante o mês ou 10 (dez) dias durante a vigência da ata, ensejará a rescisão, sem prejuízo das demais penalidades legais.

1.10 O objeto desta licitação terá como Órgão Gestor a Secretaria Municipal da Educação.

1.11. A empresa se responsabilizará pela:

a) Responsabilizar-se por toda e qualquer manutenção e limpeza dos veículos utilizados na prestação de serviços;

b) Substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o veículo que por qualquer circunstância não puder circular, por outro veículo com as mesmas especificações, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido;

c) Responsabilizar-se pelos danos materiais que porventura ocorram, ou seja, causados por terceiros;

d) Responsabilidade civil: arcar com as responsabilidades por danos causados a si ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, inclusive acidentes, mortes, invalidez, perdas ou destruição parcial ou total, isentando o Município de todas as reclamações e/ou indenizações que possam surgir em relação ao presente objeto contratado.

e) Exigir e fiscalizar a conduta de dirigir de seus motoristas, de forma a manter a segurança dos alunos, quanto aos níveis de velocidade nas vias e ruas, acatando as reclamações levadas ao seu conhecimento, ocasião em que tomará as providências necessárias para a regularização da situação e não repetição dos fatos que gerarem as reclamações.

f) Em caso de substituição de veículo ou motorista, informar e remeter a Unidade Administrativa Gestora, os documentos referentes ao novo veículo a ser utilizado e o novo motorista contratado.

g) Manter em dia o registro de seus empregados a serviço da Prefeitura Municipal de Cajuru, em livro próprio ou em fichas, devidamente rubricado e legalizado pelo órgão competente do Ministério do Trabalho, atualizar as anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social de cada empregado e exibir os livros e/ou fichas mencionadas ou documento equivalente, sempre que solicitado pela contratante.

i) Certificados de propriedade do veículo destinados ao atendimento do objeto licitado, em nome da proponente.

2. DOS PRAZOS

2.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

3. DO PREÇO

3.1. Pela execução do objeto ora contratado e descrito na cláusula primeira, fica estipulado nesta ata, o valor de R\$_____ (_____), por KM sendo o seguinte:

Item	Veículo	Descrição dos serviços	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01		Estimativa de 90 quilômetros diários no percurso: Mococa/SP – Cajuru /SP e Cajuru/SP a Mococa/SP, durante 200 dias letivos.		

3.2. A CONTRATANTE pagará mensalmente a CONTRATADA o valor especificado no item 3.1 multiplicado pelo número de quilômetros rodados durante a execução dos serviços no mês.

3.3. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias não poderão ser alteradas, sem prévia concordância da Contratante.

3.4. O preço acima inclui todas as despesas diretas, indiretas e encargos tributários e trabalhistas incidentes sobre a prestação dos serviços, estando a CONTRATANTE isenta de quaisquer outros pagamentos.

3.5. As cláusulas econômico-financeiras poderão ser revistas, para que se mantenha o equilíbrio contratual.

4. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento do preço pactuado será efetuado em parcelas mensais sucessivas, no prazo de até 20 (vinte) dias da emissão da nota fiscal, devendo a CONTRATADA emitir as respectivas faturas que, devidamente comprovadas e atestadas pelo responsável da CONTRATANTE.

4.2. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.3. Em nenhuma hipótese poderá ser invocada qualquer dúvida quanto aos preços cotados para modificações ou alterações dos preços propostos.

4.4. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos relativos ao presente objeto contratado correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início até seu término, bem como os encargos inerentes a completa execução do presente objeto.

5. DA FISCALIZAÇÃO:

5.1. Fica expressamente consignado, que a fiscalização da execução do objeto do presente objeto, estará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, com o poder de receber ou rejeitar os serviços prestados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

5.2. A fiscalização, em nenhuma hipótese, eximirá a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e legais, bem como, sobre danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja, por ato ou omissão da empresa, de seus funcionários ou preposto.

6. DAS SANÇÕES

6.1. A CONTRATADA, pelo não cumprimento das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita pela CONTRATANTE, e sem prejuízo, das demais sanções aplicáveis, ficará sujeita as seguintes penalidades:

6.2. Em caso de inadimplência parcial ou total, ficará sujeita a multa de 20% (vinte por cento) do valor global da ata, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação pertinente.

6.3. O licitante vencedor que se recusar a assinar a ata estará sujeito as seguintes penalidades:

6.3.1. Suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura de Cajuru pelo prazo de dois anos; e

6.3.2. Multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da adjudicação.

6.4. São aplicáveis as sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94 e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

6.4.1. Multa: 2,00% (dois por cento) por dia não realizado de transporte, sobre o valor da obrigação.

6.4.2. Multa: 20% (vinte por cento), por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam nos subitens acima, a qual indicará sobre o valor.

6.4.3. Pelo atraso injustificado no cumprimento dos prazos para a execução dos serviços de transporte, multa de 2% (dois por cento), por dia não realizado de transporte, sobre o valor global da obrigação.

6.4.4. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor global da ata.

6.4.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui e das outras quando cabíveis.

6.5. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias a contar da intimação da empresa apenada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Prefeitura de Cajuru. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

6.6. A proponente que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo idôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura de Cajuru pelo prazo de 2 (dois) anos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

7.1. Incumbe a CONTRATANTE, sem que ela se limite sua responsabilidade, dentre outras, o seguinte:

7.1.1. Efetuar os pagamentos devidos na forma estabelecida neste instrumento;

7.1.2. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

7.1.3. Fiscalizar permanentemente execução dos serviços contratados;

7.1.4. Extinguir a ata, nos casos previstos;

7.1.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços prestados;

7.1.6. No exercício da fiscalização, a Contratante terá acesso aos dados relativos a administração, contabilidade, recursos operacionais, técnicos e financeiros do Contratado;

7.1.7. A fiscalização será efetuada por intermédio de pessoal credenciado pela Contratante;

7.1.8. Expedir o competente atestado de aptidão para prestação dos serviços, parcial ou total.

7.2. São obrigações da CONTRATADA, sem que a elas se limite, a saber:

7.2.1. Apresentar certificado de vistoria do veículo;

7.2.2. Apresentar relação dos motoristas que ficarão disponíveis para atender os serviços;

7.2.3. Apresentar comprovação de qualificação dos motoristas nos termos, do Código Nacional de Trânsito;

7.2.4. Apresentar apólice de seguro contratado com seus respectivos valores de cobertura. Caso a apólice não seja quitada no ato, o contratado deverá apresentar mensalmente os recibos de pagamento;

7.2.5. Comparecer, sempre que solicitada, a sede da CONTRATANTE, em horário estabelecido, a fim de receber e fornecer informações, instruções e acertar providências, incidindo o CONTRATADO, no caso de não atendimento desta exigência, nas multas estipuladas nesta ata;

7.2.6. Responsabilizar-se exclusivamente por eventuais danos que vier causar a CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ato próprio. Seja por ato de seus empregados e/ou prepostos, decorrentes da execução do objeto contratado;

7.2.7. Prestar serviço adequado na forma prevista no edital e de acordo com as técnicas aplicáveis à espécie e no presente instrumento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

- 7.2.8.** Manter em dia o inventário e o registro dos serviços prestados;
- 7.2.9.** Prestar contas da gestão dos serviços prestados a CONTRATANTE, que solicitada;
- 7.2.10.** Cumprir e fazer as normas da prestação dos serviços;
- 7.2.11.** Permitir aos encarregados da fiscalização municipal o livre acesso, em qualquer época, aos equipamentos e as instalações, bem como aos seus registros contábeis;
- 7.2.12.** Zelar pela manutenção dos bens utilizados na prestação dos serviços;
- 7.2.13.** Disponibilizar veículo(s) reserva(s) em número suficiente para atender qualquer ocorrência de quebra ou pane no(s) veículo(s) que diariamente presta (rn) o(s) serviços;
- 7.2.14.** As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela (o) CONTRATADA (O), serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo quaisquer relações entre os terceiros e a CONTRATANTE;
- 7.2.15.** A inexecução parcial ou total do objeto contratado enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;
- 7.2.16.** Manter, durante toda a execução do objeto contratado, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8. DA RESCISÃO

- 8.1.** A inexecução total ou parcial da ata enseja a sua rescisão por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, independentemente de notificação prévia, devendo o ato ser formalmente motivado nos autos do processo, estando assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 8.2.** Considera-se, ainda, como motivo para rescisão do objeto as demais hipóteses previstas no art. 78 e seus incisos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, ficando esse direito expressamente reconhecido pela CONTRATADA.

9. DO SUPORTE FINANCEIRO

- 9.1.** As despesas do presente processo correrão por conta de dotações próprias e consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário sob as rubricas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU

ESTADO DE SÃO PAULO

04 01 00 12 363 2001 2018 3.3.90.39.00

04 01 00 12 363 2001 2020 3.3.90.39.00

10. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

10.1. O presente processo reger-se-á pela Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações posteriores.

11. DO FORO:

As partes CONTRATANTES elegem o foro da Comarca de Cajuru, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer pendência originada na execução deste processo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, por estarem justos e contratados, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e abaixo assinam, que passa a fazer parte integrante do presente processo.

Cajuru, de _____ de 2019.

João Batista Ruggeri Ré
PREFEITO MUNICIPAL

DETENTORA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____